

# Museu de Arqueologia e Etnologia

Salvador | fev/jul 2015 | Informativo semestral | Número 9 | Ano 3 | www.mae.ufba.br

**EDIÇÃO ETNOLOGIA INDÍGENA**

ISSN: 2358-534X



*Hawaty Tuxá (Sandro Tuxá), uma das atuais lideranças dos movimentos indígenas no Nordeste e no Brasil.*

Foto: Bruno Pacheco de Oliveira.

*Por Antônio Marcos Passos, Museólogo, Mestre em Antropologia, Chefe de Exposições MAE/UFBA*

*Por que fazer um boletim dedicado a etnologia indígena?*

O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia tem como um de seus objetivos desenvolver ações educativas e culturais sobre as populações indígenas do território brasileiro, e especificamente da Bahia, de modo a apresentar os diversos processos sociais e culturais vivenciados por esses grupos étnicos.

Essa disposição tem assegurado o fomento - junto aos seus diversos públicos, e especialmente o público escolar - de reflexões sobre as diferenças e similitudes sociais, culturais, geográficas, econômicas e políticas dessas populações, considerando-se por um lado a cultura material, e por outro as ações que articulam valores, costumes e relações com a “sociedade branca”, assim como da sociedade nacional para com os diferentes grupos indígenas locais.

O MAE, como uma instituição universitária contemporânea, tem a clareza de que é sua função exercitar os processos museológicos de pesquisa, preservação e comunicação, que dão vida ao “fato museal”, compreendido nas relações entre o “homem”, o “objeto” e o “testemunho da realidade”, potencializa reflexões sobre as necessidades atuais dessas comunidades indígenas.

Esta função museológica objetiva contribuir para o fortalecimento de nossa Cidadania, exercício que é também realizado nos momentos da mediação com seus públicos, onde trocas de conhecimentos são valorizadas, permitindo processos educativos e conseqüentemente a preservação dos referenciais culturais indígenas.

Assim, coordenar a elaboração do boletim sobre etnologia indígena tem suma importância, pois fortalece os trabalhos desenvolvidos pelo MAE/UFBA nesses trinta e dois anos, potencializando as crescentes reflexões sobre esses grupos sociais muitas vezes discriminados, esquecidos e subjugados pelos diversos poderes, e que tem aqui no MAE um “fórum” para se repensar até onde essas populações conseguem ser compreendidas e ter seus direitos e deveres efetivados.

Logo, esse Boletim enseja contribuir para novos debates permitindo fomentar juízo de valor, atração de parceiros, trabalhos acadêmicos, ações educativas em comunidades e outras séries de possibilidades que incentivarão os avanços sociais e os desafios dessas populações indígenas brasileiras.

## Editorial

Essa edição do Boletim Informativo do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia foi concebida para tratar de aspectos diversos da etnologia indígena. O tema sempre caro ao MAE/UFBA, propõe aos seus leitores ampliar seus conhecimentos sobre os povos indígenas, oxigenando as discussões para compreender as articulações que estão sendo criadas por essas populações e diversos parceiros, fomentando ações políticas, questões práticas para o cotidiano, projetos de longo alcance e também salvaguarda de seus patrimônios culturais.

Para esse boletim convidamos a Profa. Dra. Maria do Rosário Carvalho, com extensa experiência na área da etnologia indígena na Bahia, que aborda em seu artigo *Os Povos Indígenas e o Suicídio* diferentes pesquisas nacionais e internacionais sobre esse tema muitas vezes esquecido até mesmo pelas políticas públicas para essas populações. A Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado da Bahia Rosane Yaguchi traz discussões sobre o Povo Tuxá por meio de sua dissertação *“Diáspora, Memória Étnica e Transmissão dos Saberes Comunitários entre os Tuxá de Ibotirama”*, contribuindo para que possamos refletir sobre memória e transmissão de conhecimentos. O Ms. em História Crenivaldo Veloso traz uma discussão sobre a *Exposição itinerante Os Primeiros Brasileiros*, concebida pelo Museu Nacional, que apresenta diferentes aspectos e perspectivas de compreensão das populações indígenas no nordeste brasileiro.

Na seção Livro em destaque, o bolsista PROAE/MAE/UFBA Maycon Jhossys apresenta resenha da publicação *“O tempo da Dor e do Trabalho: A conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste”* de autoria da Profa. Dra. Maria Hilda Paraíso, lançado abril de 2015, que apresenta exaustivo trabalho sobre os processos históricos que os diferentes indígenas sofreram desde o processo da colonização. Na seção Antropologia e Antropólogos na Bahia, o Diretor do MAE/UFBA, Dr. Cláudio Pereira, traz discussão a partir do artigo de *“Edelweiss a Pondé: os estudos tupis na Bahia como uma linhagem intelectual interrompida”*, esse antropólogo faz uma reflexão sobre as contribuições desses pesquisadores e o momento atual que necessita de continuidade de estudos sobre essa temática.

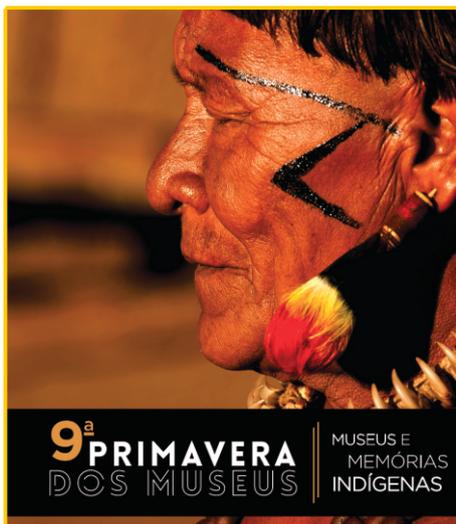
Um ótima leitura.

**Antonio Marcos de Oliveira Passos**

**Coordenador do Setor de Exposições MAE/UFBA**

## Acontece no museu: O MAE e seus Parceiros na Primavera dos Museus

No mês de setembro o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM propõe o evento nacional denominado “Primavera dos Museus”, que nesta edição tem como tema *Museus e Memórias Indígenas*. Assim, buscando empreender ações múltiplas com diferentes parceiros o MAE/UFBA está realizando uma programação ampla: na sua sede ficará exposta material etnológico de nosso acervo permanente, a exposição *O Ritual da Preser-*



*vação*, e a exposição fotográfica *Passeio na Aldeia*; acontecerá, também, em parceria com a Diretoria de Museus do Estado da Bahia, a abertura da exposição *“Tava lá no Mato”* nas dependências do Museu Temporal. Ademais, a equipe técnica do MAE estará participando na ocasião de diversas atividades acadêmicas voltadas ao tema tais como palestras, debates e mesas redondas.

### Expediente



#### MAE/UFBA

##### Direção

Cláudio Luiz Pereira

##### Museologia

Antônio Marcos Passos

##### Conservação e Restauro

Mara Lúcia C. Vasconcelos

Celina Rosa Santana

##### Arqueologia

Tainã Moura Alcântara

##### Administração

Alice Gomes (Assistente de Administração)

Carlos Dantas (Auxiliar de Administração)

Geovane Hilário da Silva (Eletricista)

Izania Santos (Assistente de Administração)

Regina Lemos (Secretária Administrativa)

##### Estudantes Bolsistas

Ananda Cerqueira, Deise das Mercês, Jéssica

Lima, Letícia Santos, Mauricéia Silva, Maycon

Jhossys, Samuele Ferreira, Sávila Soares,

Suylan Fonseca, Viviane Reis

##### Redação e Revisão

Antônio Marcos Passos, Cláudio Pereira, Mara

Vasconcelos, Tainã Alcântara

##### Diagramação

Alice M. Gomes Dórea

##### Tiragem: 300 exemplares

Funcionamento: Segunda à sexta, das 09h às 17h.

Terreiro de Jesus, s/n, Prédio da Faculdade de

Medicina da Bahia - Pelourinho. 40025-010.

Salvador-BA. Tel.: 71 3283-5530

mae@ufba.br | www.mae.ufba.br

## Os Primeiros Brasileiros: imagens e representações sobre os povos indígenas do Nordeste

Por Crenivaldo Veloso Jr.\*

A exposição *Os Primeiros Brasileiros* apresenta ao público uma oportunidade de refletir sobre a presença indígena no Nordeste e a sua participação na construção da história do Brasil. Com a curadoria do antropólogo João Pacheco de Oliveira, a mostra faz parte de uma série de projetos desenvolvidos por pesquisadores vinculados ao Laboratório de Pesquisas em Cultura, Etnicidade e Desenvolvimento (LACED) do Museu Nacional/UFRJ. Em parceria com a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) foi apresentada inicialmente em Recife/PE (2006 e 2007), em Fortaleza/CE (2008) e no Rio de Janeiro/RJ (2009). Em 2013 teve sua primeira experiência internacional, em Córdoba/Argentina, no âmbito da X Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM). Em 2014, foi a vez de Natal/RN, durante a 29ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA). Em algumas dessas exposições foram realizadas conferências reunindo lideranças de diversas etnias e autoridades representativas de órgãos governamentais responsáveis por políticas culturais e educacionais.

Contra os povos indígenas do Nordeste recaem vários preconceitos e discriminação. Assim como os índios de outras regiões, são-lhes atribuídos estigmas, como “atrasados” e “primitivos”. São por vezes considerados “índios falsos”, por apresentarem elementos étnicos, socioculturais e físicos que destoam das imagens genéricas cravadas no senso comum sobre o que seria “índio”. Tais imagens colocam os indígenas num lugar cristalizado, suspenso no tempo, geralmente em dimensão pretérita. A exposição propõe um movimento em outra direção, pensando-os como autores e reelaboradores de suas culturas, como produtores de símbolos,



Painel da exposição *Os Primeiros Brasileiros*.



Foto: Paulo Pereira.

Sala da exposição apresentada no Museu do Forte das Cinco Pontas, Recife-PE, 2006.

projetos e novas formas de organização, mobilizados por questões contemporâneas e em relação com distintos movimentos políticos.

Nas salas expositivas são explorados aspectos históricos e culturais, abordando os primeiros contatos, o mundo colonial, a construção da nação e o mundo indígena contemporâneo. A narrativa procura aguçar os sentidos do visitante através de imagens intercaladas por textos e por músicas/sonoridades pesquisadas e introduzidas para provocar a sensibilidade e a reflexão. Por seu

caráter acadêmico e pedagógico, tem sido bastante explorada por pesquisadores e educadores de todos os níveis de ensino, servindo de instrumento pedagógico a professores da educação básica.

Num primeiro momento, são apresentadas imagens e passagens de textos produzidos por artistas, missionários e cronistas. Algumas revelam espanto, admiração e exaltação da exuberância. Outras revelam o que seriam, na ótica do colonizador, marcas de primitividade, crueldade e ignorância, incluindo a criminalização de práticas rituais e religiosas, justificando



Foto: Bruno Pacheco de Oliveira.

**Sala da exposição apresentada no Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, 2009.**

inclusive as ações de violência, guerras e escravização.

A narrativa da exposição chega ao século XIX, quando a construção do nacional delegou aos povos indígenas ao menos dois movimentos aparentemente paradoxais: a celebração simbólica enquanto marca de nacionalidade, representantes ancestrais da nação; e a extinção dos aldeamentos. Na região Nordeste, as aldeias foram extintas gradativamente na segunda metade do século XIX, principalmente a partir da lei de terras (1850), sendo afirmado que nestas áreas não haveria mais coletividades indígenas.

Na contramão destas determinações oficiais, muitos indígenas continuaram a ocupar cenários políticos e a reivindicar o reconhecimento de direitos, principalmente o direito às terras que lhe foram destinadas e tomadas desde tempos passados. Com o advento da república, a criação de agências estatais de tutela trouxe novos horizontes, mas as ações de violência não cessaram, empreendidas não apenas pelos que se envolviam em disputas diretas, mas também por agentes responsáveis pela tutela.

A pluralidade do mundo indígena contemporâneo é apresentada na exposição através de imagens e de objetos de cultura material representativos de vários povos do Nordeste. Ao longo do século XX surgiram novas mobilizações, os indígenas passaram a afirmar e reivindicar cada vez mais o reconhecimento de seu protagonismo. Enquanto diversas etnias continuaram as suas lutas, outras retomaram os sentidos de organização coletiva. Os dados de crescimento populacional indicam a criação de novas demandas, que passam pela dimensão agrária e atingem outros elementos no campo da saúde, educação, cultura e utilização dos recursos naturais.

A exposição *Os Primeiros Brasileiros* pode ser lida a partir de três linhas de significação: expressa algumas reflexões antropológicas, historiográficas e pedagógicas sobre os índios do Nordeste; torna-se um instrumento para as mobilizações político-culturais destas etnias; e aproxima as práticas dos museus etnográficos



Foto: Paulo Pereira.

**Manto dos Tupinambá de Olivença. Inspirado nos mantos emplumados tupinambá levados para a Europa entre os séculos XVI e XVII.**

dos movimentos étnico-sociais das populações representadas em suas coleções.

*\*Mestre em História, historiador do Setor de Etnologia, pesquisador do Laboratório de Pesquisas em Cultura, Etnicidade e Desenvolvimento (LACED), ambos do Museu Nacional/UFRJ. Assistente de Pesquisa da exposição Os Primeiros Brasileiros.*

## MAE referencia pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Uneb

Por Rosane Akeme Mineiro Yamaguchi\*

Em agosto de 2014 iniciei no Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE/UFBA) a primeira etapa da minha pesquisa “Diáspora, Memória Étnica e Transmissão dos Saberes Comunitários entre os Tuxá de Ibotirama”, na fase de análise documental necessária para o entendimento dos impactos sociais e políticos ocasionados pela implantação da Hidroelétrica de Itaparica sobre a sociedade Tuxá, que resultou na migração de parte de sua população para o município de Ibotirama. A pesquisa em andamento dialoga com esse processo histórico, objetivando entender a relação entre memória étnica e a transmissão dos saberes comunitários entre os Tuxá de Ibotirama no contexto provocado pela diáspora.

Foi no âmbito do MAE/UFBA que se desenvolveu o projeto de Salvamento Arqueológico Itaparica do São Francisco (PSAISF), fruto de um convenio entre a UFBA e a CHESF, visando inicialmente atender as determinações legais de salvaguardar o material arqueológico que seria submerso pelo lago formado com a construção da barragem. O projeto foi ampliado considerando a presença de uma comunidade indígena diretamente impactada. Assim, o MAE que já abrigava o Programa de Pesquisa sobre Povos Indígenas no Nordeste do Brasil (PINEB) elaborou projeto de pesquisa específico para analisar a situação dos Tuxá. Deste trabalho resultou um relatório que atualizou dados etnológicos produzidos por pesquisadores do PINEB, na década de 1970, os antropólogos Elizabeth e Nássaro Nasser, e analisou, mais especificamente, os processos sócio-políticos e culturais produzidos nos diálogos entre os grupos da

comunidade Tuxá e os organismos estatais implicados, particularmente a CHESF e a FUNAI.

Os dados de pesquisa gerados neste contexto são agora uma rica fonte para o projeto que desenvolvo no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da UNEB (PPGEDUC/UNEB), sob a orientação de um dos pesquisadores que elaborou o relatório sobre os Tuxá, na década de 1980. Entender como a atual comunidade Tuxá de Ibotirama construiu a memória do seu deslocamento territorial e elabora o seu pertencimento étnico no contexto atual, através da história de quase duas gerações é o objetivo principal da nossa pesquisa. Além deste, a pesquisa se desdobra nos seguintes objetivos específicos: Contextualizar o processo diaspórico vivenciado pelos indígenas da Aldeia Tuxá de Rodelas para o território de Ibotirama; descrever a educação comunitária, considerando a narrativa local e as maneiras utilizadas para a disseminação dos saberes entre as pessoas do grupo, e identificar possíveis práticas culturais da memória étnica, consideradas determinantes para o projeto coletivo de sustentação material e simbólica do povo Tuxá.

O fato de começar a pesquisa a partir do relatório do PSAISF evidencia a importância do acervo documental do MAE para a história da etnologia dos povos indígenas no Nordeste, e particularmente, na Bahia. Sobre tudo ressalta a dimensão das instituições museológicas como espaços de produção de conhecimento e a imperiosidade da salvaguarda dos seus documentos de pesquisa como instrumentos fundamentais de dinâmica cultural e científica.

## Livro em destaque

\*Por Maycon Jhossys

PARAÍSO, Maria H. Baqueiro. **O Tempo da Dor e do Trabalho: a conquista dos territórios indígenas nos sertões do leste.** Salvador, Bahia: Edufba, 2014.

Recém publicado pela Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA), o livro *O Tempo da Dor e do Trabalho* da professora Maria Hilda Baqueiro Paraíso traz à luz da historiografia um debate persistente ao longo da história do Brasil: a conquista dos chamados sertões do Leste e a significativa resistência das populações ameríndias que ali passaram e se estabeleceram.

A pesquisa realizada pela professora se apresenta em um livro denso. Com mais de 600 páginas, repleto de notas de rodapé, e dividido em oito capítulos, uma apresentação, prefácio e a conclusão. Deste modo, a autora nos oferece uma rica abordagem concernente as diversas etnias que por séculos dificultaram a transposição das populações brancas do litoral para as áreas sertanejas, área que a autora denomina de Zona Tampão. No final do trabalho, podemos encontrar uma riquíssima quantidade de fontes catalogadas em um total de mais de trinta páginas, além de um anexo com os diversos mapas que ajudaram a delinear essa Zona Tampão, bem como os aldeamentos, divisões militares, etc.

Este livro é sem dúvida um importante trabalho para os estudos etno-históricos indígenas e fornece aos leitores uma ampla visão das multifárias culturas que conflitaram por espaço e pela sobrevivência de suas famílias, além disso, o trabalho tenta mitigar o máximo possível as visões homogeneizantes dos ditos índios do sertão, como também as razões pelas quais estes guerrearam. Maria Hilda Baqueiro Paraíso foi graduada pela Universidade Federal da Bahia em 1971 e doutorada em História Social pela Universidade de São Paulo em 1998 sendo atualmente uma das maiores especialistas em história indígena do país.

\*Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (1998). Atualmente é efetiva - Secretária Municipal de Educação de Ibotirama e coordenador pedagógico - Secretária de Educação do Estado da Bahia. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Administração de Unidades Educativas. Cursando Mestrado em Educação e Contemporaneidade - UNEB.

\*Estudante de História da UFBA e bolsista do Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA.

# Os Povos Indígenas e o Suicídio

Por Maria Rosário de Carvalho \*

Fontes distintas – trabalhos de caráter acadêmico, em menor grau, relatórios de organizações governamentais e relatos jornalísticos, mais predominantemente, em períodos também distintos, têm assinalado a ocorrência de suicídios entre indígenas no Brasil, em taxas consideradas significativas comparativamente ao padrão nacional, embora requeiram cautela as estatísticas que apoiam essas fontes. Aparentemente, o fenômeno se restringe a determinados contextos etnográficos, cujas especificidades deixam, porém, entrever uma forte similaridade entre os casos relatados. Como é largamente sabido no âmbito sociológico, Émile Durkheim, autor de *O Suicídio*, revestiu o fenômeno de relevância singular ao tomá-lo como constituindo um exemplo suficientemente significativo para estabelecer a sociologia como uma disciplina independente das ciências naturais. Afinal, tratava-se de explicar, sociologicamente, um evento individual aparentemente dependente, quase exclusivamente, de fatores pessoais e psicológicos, mas que ao expressar uma forma de dissolução dos vínculos que unem os homens, possibilitava entender, simultaneamente, os vínculos que os levam a se associar (NUNES, 1998, p. 9).

O que é comum a todas as formas possíveis de renúncia à vida? A essa indagação preliminar que conduzirá à definição do fenômeno, ele responderá que "a vítima, no momento de agir, sabe o que vai resultar da sua conduta, seja qual for a razão que a levou a conduzir-se assim" (DURKHEIM, 1977, p. 11). Designou, pois, suicídio, a morte que resulta, direta ou indiretamente, de um ato positivo ou negativo praticado pela própria vítima, que tem consciência da produção do resultado. A tentativa de suicídio, por sua vez, é o ato que, assim definido, é interrompido antes que a morte tenha advindo (DURKHEIM, 1977, p. 11-12).

O aumento das taxas globais de suicídio registradas na segunda metade do século XIX se deveria à passagem da ordem tradicional para uma nova ordem, chegando o autor à conclusão geral de que "o suicídio varia na razão inversa do grau de integração dos grupos sociais a que pertence o indivíduo" (DURKHEIM, 1977, p. 161). Neste pequeno texto, que se apoiará exclusivamente em fontes secundárias

– nunca tomei o tema como objeto de investigação, até porque ele nunca se apresentou como digno de atenção nos contextos etnográficos onde tenho pesquisado -, e que pode, assim, ser entendido como uma aproximação absolutamente preliminar ao tema, as pretensões são necessariamente limitadas, a saber (1) em quais áreas indígenas, no Brasil, o suicídio tem se apresentado como fenômeno relevante? (2) quais os fatores que induzem os agentes sociais a cometê-lo, em cada área? (3) qual o significado do suicídio de indígenas no Brasil comparativamente ao que ocorre no cenário indígena internacional?

A região do Mato Grosso do Sul detém as maiores taxas de suicídio, que seriam lideradas pelos Guarani (Kaiowá e Nahndeva), forçados, desde o final da década de 1920, a conviver com os Terena deslocados, pelo SPI, para a reserva de Dourados, e a se transformar em mão de obra agrícola para a região, sob o domínio dos recém-chegados, que passam a prover as usinas de açúcar da região com a mão de obra Guarani. Até meados da década de 1960, *Os Guarani* preservaram, não sem dificuldades, sua organização social formada por famílias extensas de até quatro gerações, que constituíam comunidades políticas locais de até 200 pessoas. A introdução, porém, da agricultura mecanizada e as graves repercussões de ordem ecológica decorrentes produziram uma gravíssima compressão territorial que alterou, drasticamente, a organização social, compelindo famílias rivais à convivência. As maiores consequências têm incidido sobre os jovens, especialmente suscetíveis às relações afetivas domésticas (MURA, 2009), apontadas como a causa recorrente dos suicídios. Eles sentem-se incompreendidos, não aceitos por seus pais, excluídos do âmbito familiar, e os pais, reciprocamente, tampouco compreendem os filhos e muito menos seus comportamentos. As reclamações são, na maioria dos casos, motivadas por questões econômicas. Esses jovens compoariam uma geração que sofre do que se denomina transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) (WESLEY-ESQUINOX E SMOLEWSKI, 2004 apud IWGIA e UNICEF, 2014, p. 131).

Spensy Kmitta Pimentel chama a

atenção, em sua dissertação de mestrado, para dois aspectos que suponho sumamente relevantes. A situação vivenciada pelos Guarani não corresponderia a uma desestruturação social mas, contrariamente, a uma sobreposição de autoridade, tanto no campo político (diversos líderes familiares na mesma área, assim como capitães e a Funai); quanto econômico (os provedores de salário, os arrendatários de terra); e cosmológico (os diversos rezadores e os pastores evangélicos). Os três campos de exercício do poder cruzam-se, em disputa e, muitas vezes, se anulam mutuamente, gerando instabilidade (2006, p. 111).

O segundo aspecto é representado pelos Guaxos, i.e., crianças que não são criadas pelos pais, embora possuam pelo menos um genitor vivo (PIMENTEL, 2006, p. 112). A existência dos Guaxos parece resultar da subordinação da relação de filiação à relação de conjugalidade e, complementarmente e em certa medida, da situação de confinamento a que estão submetidos os Kaiowá e Guarani nos últimos 25 anos. Como eles mantêm, em média, três a quatro relacionamentos conjugais ao longo da vida, a prole, desfeitas as uniões, é absorvida pela parentela de um ou de ambos os cônjuges, as mães retendo apenas os filhos em fase de amamentação (PEREIRA, 2002 apud PIMENTEL, 2006, p. 112-113).

Em virtude da sua condição ambígua, o guaxo constitui o alvo preferencial para as acusações de roubo e feitiçaria (PEREIRA, 2002, p. 180-181 apud PIMENTEL, 2006, p. 114). Pimentel, ao longo do seu trabalho de campo entre os Guarani e Kaiowá, teve a sua atenção atraída para a quantidade de referências a guaxos que se suicidam (2006, p. 116). O enforcamento é a prática mais usual, seguida pela ingestão de veneno. Os sanumás, um dos quatro subgrupos Yanomami que falam línguas da mesma família, vivem em Uauaris, no extremo noroeste de Roraima, na fronteira com a Venezuela. Em 2005, quatro suicídios (envenenamento com timbó) foram registrados entre eles, caracterizado como "um reflexo do quadro endêmico de suicídios ocorrido nos últimos dois anos entre seus vizinhos lecuanas, cuja maioria dos casos ocorre por motivos tidos como banais, entre jovens de 12 a

18 anos (ESTADO DE SÃO PAULO, 2005).

O Distrito de Saúde Indígena (Dsei) do Alto Solimões, sudoeste do estado do Amazonas, teria sido o primeiro a organizar dados sobre ocorrência de suicídios, atribuídos a fatores diversos, mas, principalmente, a aspectos culturais e à falta de perspectivas para o desenvolvimento pessoal e profissional dos indígenas das sete etnias, predominantemente a Ticuna (ESTADAO.COM.BR, 2009).

Entre os Karajá da aldeia de Santa Izabel do Morro, na Ilha do Bananal (TO), há registros de tentativas de suicídio desde julho de 2011, com sete suicídios consumados mediante asfixia mecânica ou enforcamento. Em 2012 mais dois casos são registrados, igualmente entre jovens. A síndrome de dependência do álcool é apontada como a causa principal, embora "fatores de ordem espiritual" – disputas entre xamãs – sejam referidos (Água Boa News, 2012).

De acordo com dados do Sistema de Informação da Mortalidade do Ministério da Saúde, São Gabriel da Cachoeira - localizado no noroeste amazônico e cuja população indígena corresponde a aproximadamente 76% da população municipal - seria o recordista nas estatísticas de suicídio por habitante dos municípios brasileiros: em 2012 teriam ocorrido 51,2 suicídios por 100 mil habitantes ou dez vezes mais que a média nacional, o que corresponderia ao suicídio de 20 pessoas, número superior ao registrado em 2011 (16 suicídios).

Em recente e competente reportagem, a jornalista Natália Viana afirma que "De um total de 73 mortes ocorridas entre 2008 e 2012, apenas cinco não foram de indígenas, segundo o Mapa da Violência 2014. Entre os indígenas, 75% eram jovens (...). E muitos dos familiares e amigos contam que se suicidaram depois de terem sido assombrados por seres da escuridão, por parentes mortos, ou mesmo pelo próprio diabo, os quais, chamando-os durante meses a fio, afinal os arrastaram para a força" (AGÊNCIA DE REPORTAGEM E JORNALISMO INVESTIGATIVO PUBLICA, 15 de maio de 2015).

Para Cleane Oliveira e Francisco Lotufo Neto (2003, p. 8), a situação mais crítica já descrita sobre suicídio entre indígenas no Brasil é a dos Sorowahá, da família arauá, rio Juruá (AM). Eles afirmam que um levantamento genealógico que remon-

tou a seis gerações passadas, relatou 122 casos (75 homens e 47 mulheres) anteriores a 1979, data do primeiro contato, e 38 casos (18 homens e 20 mulheres), no período 1980-1995, todos concernentes a jovens entre 14-28 anos.

O que se pode depreender do quadro apresentado? A predominante incidência de suicídios recai sobre os jovens, e as causas preponderantes são os conflitos intergeracionais e intergênero, muitos dos quais provavelmente motivados pela compressão territorial, pelas desiguais relações interétnicas e pela falta de perspectiva de futuro: "o presente é tão incerto que ele devora o futuro e se proíbe de o conceber de outro modo que sob a forma de sonho" "O futuro, nem sei o que é" (BOURDIEU, 2008, p. 189/470). Outros fatores, de ordem psicológica e cosmológica, completam o quadro.

A ONU, em seu estudo "State of the World's Indigenous Peoples", lembra que o suicídio de jovens em comunidades indígenas tem lugar no contexto contemporâneo de discriminação, marginalização e trauma histórico, relacionados à colonização e perda das tradicionais formas de vida. "(...) Muitos jovens indígenas sentem-se, hoje, isolados tanto em suas comunidades, ao não encontrar nelas um lugar adequado às suas necessidades, quanto nas sociedades envolventes, e podem sentir-se marginalizadas por ambas, o que resulta em um sentimento de isolamento social" (UNITED NATIONS, 2009, p. 169).

Por outro lado, os instrumentos utilizados pelo potencial suicida podem sinalizar ora para uma tentativa (muitas vezes apenas uma ameaça, eventualmente consumada), ora para uma ação determinada de suicídio, o que, ao contrário do que postula Durkheim, poderia significar que a consciência da produção do resultado escapa ao agente, frustrando, muitas vezes, a sua real disposição (alertar o entorno). Observa-se que o enforcamento é dificilmente reversível (a porcentagem de tentativas com sucesso é alta), ao passo que o envenenamento pode querer significar apenas uma mensagem ao entorno próximo do suicida (IWGIA & UNICEF, 2014, p. 60).

O suicídio é também prevalente, na América do Sul, entre os Awajún, no

Peru, e os Embera, na Colômbia, afetando, predominantemente, mulheres jovens. Igualmente, entre povos indígenas nos Estados Unidos, no Canadá (os Inuit), aborígenes australianos e aborígenes Maori, na Nova Zelândia, que apresentam taxas de suicídio muito mais elevadas que as do resto da população e que também afetam, particularmente, a população jovem, especialmente homens jovens (p. 71). As motivações são muito similares àquelas identificadas no Brasil, tais como problemas territoriais, políticos e econômicos que geram sentimentos de depressão, isolamento e discriminação (CLIFFORD et al, 2012, p. 71/36).

### Referências

AGÊNCIA DE REPORTAGEM E JORNALISMO INVESTIGATIVO PUBLICA. São Gabriel e seus demônios, por Natalia Viana, 15 de maio de 2015.

ÁGUA BOA NEWS - <http://www.aguaboanews.com.br/portal>. Depois de mais um suicídio, comunidade Karajá se mobiliza e denuncia omissão da Funasa e Funai, 13/02/2012.

BOURDIEU, Pierre (direção). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 7ª. edição, 2008.

CLIFFORD A, DORAN CM, TSEY K. *Suicide prevention interventions targeting Indigenous peoples in Australia, New Zealand, United States and Canada: an Evidence Check rapid review brokered by the Sax Institute* (<http://www.saxinstitute.org.au>) for the NSW Ministry of Health, 2012.

DURKHEIM, Émile. *O Suicídio* Estudo Sociológico. Lisboa: Editorial Presença, 1977. ESTADAO.COM.BR. Suicídios de índios do AM podem ser maior que média nacional, 29 de maio de 2009.

IWGIA e UNICEF. *Suicídio Adolescente em Povos Indígenas* 3 estudos. São Paulo: Arte Brasil Editora, 2014.

MURA, Fábio. Índios de Mato Grosso do Sul se matam por amor e paixão, analisa antropólogo. *Portal Terra*, 16.05.09.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Onda de suicídios atinge os ianomâmis. 29 de outubro de 2005.

PEREIRA, Levi Marques. "No Mundo dos Parentes: a socialização das crianças adotadas entre os Kaiowa", in SILVA, Aracy Lopes da; MACEDO, Ana Vera L. S. e NUNES, Angela (org.). *Crianças Indígenas – Ensaios Antropológicos*. São Paulo, Global/Fapesp/Mari-USP, p. 168-187.

PIMENTEL, Spensy Kmitta. *Sansões e Guaxos Suicídio Guarani e Kaiowá – Uma Proposta de Síntese*. Dissertação de Mestrado apresentada à FFLCH da USP, 2006

WESLEY-ESQUINOX E SMOLEWSKI. *Historic Trauma Aboriginal Healing The Aboriginal Healing Foundation*, 2004.

UNITED NATIONS. *State of the World's Indigenous Peoples*. New York, 2009.

\*Doutora em Ciência Social (Antropologia Social) pela USP (1998).

Professora Adjunto III da UFBA - FFCH - Departamento de Antropologia e Etnologia.

Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade, etnicidade, relações raciais e antropologia histórica.

## Antropologia e Antropólogos na Bahia

# De Edelweiss a Pondé: os estudos tupis na Bahia como uma linhagem intelectual interrompida.

Por Cláudio Luiz Pereira\*

Um dia desses numa conversa com colegas a respeito da morte recente de Consuelo Pondé, e abordando o fato de que a mesma não formou discípulos para os quais pudesse transmitir tão valioso cabedal a respeito dos Estudos Tupis, ocorreram-me algumas ideias a respeito da formação de pequenas linhagens de intelectuais locais na antropologia baiana, que foram interrompidas posto que faltassem justamente aqueles que as conduzisse adiante.

Muito se pode dizer do velho *ethos* científico, assentado em condições artesanais e no primado mestre-discípulo. Nestas linhagens intelectuais vicejaram, e eventualmente frutificaram, corpos de conhecimentos específicos, sólidos, mas a mercê das mais variadas contingências acadêmicas. Estas, por sua vez, ao submeterem-se dinâmica do conhecimento externo - e que seria não-local, portanto, mantiveram-se ao longo de vasto período mas tenderam a fenececerem, incontinentes, por falta de quem as reproduzisse, assegurando-lhes continuidade.

Formar uma linhagem intelectual depende certamente de uma série de requisitos acadêmicos particulares: professores carismáticos e dispostos a formar pesquisadores e eternizar seus interesses metodológicos ou temáticos; linhas de estudo, apoiadas institucionalmente, na qual a pesquisa e o ensino se desenvolvam; certos graus de afirmação meritória, desenvolvida a partir da ideia de carreira e de curriculum; resolução de conflito de interesses expresso através das relações interpessoais dentro do campo acadêmico que, é sabido por todos, pressupõe concorrência e competição... Estes são alguns elementos para os quais convergiria primariamente naquilo que Habermas, tão sofisticadamente, apontou como sendo o campo onde se realiza a relação entre "conhecimento" e "interesse".

O caso dos Estudos Tupis na Bahia me parece de todo particular. As línguas nativas brasileiras sempre causaram espanto ao homem ilustrado, brasileiro ou estrangeiro, e tornaram-se ao longo do tempo um dos substratos que ajudou a fundamentar nossa ideia de brasilidade. Assim, desde os jesuítas - que "inventaram" o tupi como língua

para melhor dominar os índios, segundo Edelweiss -, enormes investimentos foram feitos no sentido de entender, registrar e preservar este corpus linguístico, assim como explicar a dimensão sociológica, etnológica e histórica que o cerca. Disto resultou aquilo que se chamaria "popularmente" de Estudos Tupis.

Frederico Edelweiss certamente não foi o primeiro intelectual a se interessar pelos estudos tupis na Bahia. Teodoro Sampaio, por exemplo, já havia escrito o seu primoroso texto "O tupi na geografia nacional", lançado no começo do século XX. A diferença fundamental entre os dois foi que Edelweiss, nascido em 1892, gaúcho de ascendência alemã, encontrou no âmbito da Universidade da Bahia, e da Faculdade de Filosofia, fundada em 1942, oportunidade de desenvolver este campo de estudos - lecionando aqui Etnologia do Brasil e Língua Tupi. Homem de negócios (escreveu, aliás, "Algumas notas curiosas sobre o comércio na Bahia") e, portanto com uma mais que razoável condição para investir em uma atividade intelectual que no fundo era diletante, Edelweiss formou um acervo bibliográfico único, a partir do qual foi constituído o Centro de Estudos Baianos da UFBA, acervo hoje depositado na Biblioteca Central desta universidade.

No fundo Edelweiss era um grande bibliófilo, e enquanto erudito e homem de notório saber, teve participação intensa na vida social local. Vale a pena conhecer o pitoresco episódio em que se discutiu a real data de fundação da cidade de Salvador, numa comissão presidida por ele no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHBA).

Edelweiss publicou, entre outras coisas realmente importantes, os livros "Estudos Tupis e Tupi-guaranis", "Tupis e Guaranis, estudos de etnomínia e linguística", "O caráter da conjugação Tupi". Morto em 1976, Edelweiss recebeu uma interessante homenagem de Thales de Azevedo no jornal *A Tarde*. Um pequeno texto que merece ser lido como um documento muito além de simples obituário.

Foi na cátedra de Estudos Tupis que Edelweiss encontrou Consuelo Pondé, que viveu intensamente o campo das ciências sociais e históricas nos últimos 70 anos. Pondé foi, dentre outras

coisas, professora do departamento de Antropologia da UFBA, diretora do Centro de Estudos Baianos, e no final da vida diretora do IGHBA. Lugares onde levou adiante as ideias do mestre.

A história de Consuelo Pondé é muitíssima interessante e certamente merecerá uma dissertação de mestrado no futuro. Quem a conheceu sabe que sua presença era marcada pelo charme, a elegância, e a beleza pessoal que a natureza lhes concedeu, como uma grande fortuna. Sem dúvida ela é um bom exemplo do que foi a mulher intelectual brasileira nas últimas décadas. Nasceu em 1937 e formou-se em Geografia e História em 1956, assumiu a docência de Tupi na FFCH-UFBA de 1963 até 1993. Orientada por José Calasans, titulou-se mestre em Ciências Sociais, pela UFBA, em 1977. Divagou em seus interesses, ademais, em vários estudos voltados para a compreensão histórica de algumas regiões da Bahia, sobretudo do agreste baiano. Pondé foi, sem a menor dúvida, o último repositório dos estudos tupis na Bahia e sua morte, ocorrida no último dia 14/05, equivale à queima de uma enorme biblioteca, para parafrasear um conhecido ditado africano.

E, assim sendo, pode-se dizer de conclusivo: a história dos Estudos Tupis na Bahia ficou eternizada mesmo num texto de Consuelo Pondé, publicada, em 1972, na *Universitas*, revista dirigida a época por Valentin Calderón; já os Estudos Tupis desapareceram da estrutura da Universidade, não sendo oferecido como disciplina desde 2004, pelo que andaram me dizendo por aí.

A morte dos Estudos Tupis foi certamente uma morte anunciada. O próprio Edelweiss já a previa em seus estudos, certo que nos cursos universitários do futuro não teria lugar para um estudo especial da língua tupi, mas certamente para as línguas indígenas em geral. É a dinâmica dos interesses acadêmicos gerais, portanto, que organiza os interesses locais, e que torna suas linhagens intelectuais historicamente datadas.

Ou seria, tão somente, o cruel deus Cronos devorando seus filhos e com eles seus temas, problemas e sua, quase sempre, transitória sabedoria?!...

\*Antropólogo e Diretor do MAE/UFBA